



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

19.farm@capes.gov.br

RELATÓRIO DA 129ª REUNIÃO CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO – ES

Dia 27 e 28 de Setembro de 2011

Local: CAPES – Brasília/DF

Para conhecimento dos Programas de Pós-Graduação da Área de Farmácia, descrevemos os assuntos apresentados e discutidos, na 129ª reunião do Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC – ES), ocorrida nos dias 27-28 de setembro de 2011, na sala I do edifício sede da CAPES, presidida pelo Presidente da CAPES, Prof. Jorge Guimarães e pelo Diretor de Avaliação Prof. Lívio Amaral.

Pauta de Reunião:

1. Comissões APCNs – relatos CTC-ES
2. Comissões Qualis
3. Mestrado Profissional
4. Programas em Formas Associativas
5. Análise de APCNs 2010 e 2011

No início da reunião foi apresentado o quadro geral do agendamento das reuniões para análise dos APCNs 2011, atualização do Qualis Periódicos e de acompanhamento (reunião com Coordenadores de PPGs) para todas as Áreas de Avaliação.

Na área de Farmácia, temos as seguintes datas para as Reuniões:

APCNs 2011: 10-11 de outubro de 2011

Qualis Periódicos: 28-29 de novembro de 2011

Reunião com os Coordenadores de PPGs: 13-16 de fevereiro de 2012 (ainda em confirmação)

Em seguida, houve o relato dos Coordenadores que atuaram como observadores nas reuniões de APCN de outras Áreas, os quais consideraram a experiência muito positiva. Em seguida, os Conselheiros iniciaram os relatos dos APCNs das áreas que já haviam concluído a análise. Ressalta-se a aprovação do Programa em Rede, denominado BIONORTE, que reúne nove Estados da região Norte, estando alocado na Área de Biotecnologia.

Para a discussão do Mestrado Profissional e dos Programas em Formas Associativas, os membros do CTC-ES e Coordenadores presentes foram divididos em três



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

19.farm@capes.gov.br

Colegiados (Ciências da Vida; Humanidades; Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar) para discutir os dois temas. Ao final, o relator indicado de cada um destes Colegiados fez uma breve explanação sobre o conteúdo da discussão sobre os dois temas. A seguir, formaram-se dois Grupos de Trabalho formados por seis membros, com dois membros de cada Colegiado, sendo um para discutir questões pertinentes ao Mestrado Profissional e o outro para discutir e propor diretrizes gerais para os Programas em Formas Associativas.

A seguir, transcrevo o relato do Colegiado das Ciências da Vida (Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas), cuja relatora foi a Prof^a. Isabela Almeida Pordeus (Coordenadora da Área de Odontologia) e do qual a Área de Farmácia participou.

Atendendo a solicitação do Diretor de Avaliação, reuniram-se na Sala I da CAPES os membros do Colégio de Ciências da Vida para identificar problemas referentes a:

- (i) PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO
- (ii) MESTRADOS PROFISSIONAIS

Esta comissão objetivou subsidiar as discussões dos Grupos de Trabalho a serem estabelecidos para cada um desses temas bem como indicar dois membros para compor cada um desses Grupos de Trabalho. Além do representante da ANPG, estiveram presentes os seguintes coordenadores de áreas:

1. Carmen Gracinda Silvan Scochi - Enfermagem
2. Dulcineia Saes Parra Abdala – Farmácia
3. Isabela Almeida Pordeus – Odontologia (relatora)
4. João Carlos Azuma - ANPG
5. João Pereira Leite – Medicina II
6. João Santana da Silva – Ciências Biológicas III
7. Lydia Masako Ferreira – Medicina III
8. Marcelo Tabarelli – Biodiversidade
9. Maria Beatriz de Abreu Glória – Ciência de Alimentos
10. Maria Madalena Pessoa Guerra – Medicina Veterinária
11. Moacir Pasqual – Ciências Agrárias
12. Rita de Cássia Barata Barradas – Saúde Coletiva
13. Telma Teresinha Berchielli – Zootecnia e Recursos Pesqueiros



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

19.farm@capes.gov.br

1- PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO

Após o relato de cada área sobre as respectivas experiências e a identificação dos estrangulamentos vivenciados, foi proposta uma discussão pautada em cinco eixos norteadores:

I - IMPORTÂNCIA E CONCEITUAÇÃO

I.1 - Conceituação:

- *Em busca de uma uniformidade em relação à denominação dessa modalidade de programas, há a necessidade de rever e propor uma conceituação para a variedade de associações identificadas;*
- *A terminologia Formas Associativas é ampla e permite a incorporação de outras propostas, como Minter/Dinter, Procad/Casadinho, que possuem perfis diversos dos Programas em Associação e, portanto, pensar em um termo mais específico seria mais adequado.*

I.2 Importância:

- *Regional: em locais onde ainda não há massa crítica suficiente para a condução isolada por um grupo de professores, sendo necessária a união de diferentes grupos regionais com o objetivo de consolidação regional.*
- *Temática: há poucos pesquisadores em áreas temáticas específicas importantes que se encontram distribuídos em diversas instituições e, portanto, isoladamente não poderiam instituir um programa. Poderá, assim, haver caso em que ao se unirem há a possibilidade de formar recursos humanos para essa temática.*

I.3 Apresentação de Propostas Novas:

- *Induzida (pela Agência) ou espontânea (pelos grupos interessados), mas atendendo a edital específico*

II OPERACIONALIZAÇÃO

II.1 Institucional

- *Necessidade das IES participantes adequarem sua regulamentação interna para atender essa modalidade de proposta e, conseqüentemente, agilizar os trâmites institucionais;*
- *Definição da IES ou de diversas IES outorgantes do título a ser concedido.*

II.2 Instâncias Superiores

- *Quando da apresentação da proposta, essa se vincula a uma única IES, sendo*



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

19.farm@capes.gov.br

conferido um número, que dificulta a identificação das demais IES participantes;

- *Em casos de término da associação, seja por consolidação institucional ou por dificuldades gerenciais, há dificuldade em tramitar essa nova situação no que se refere à continuidade do programa bem como estabelecer qual IES o sediará;*
- *A Portaria 68/2004, em seu Anexo I, aprovado em maio de 2005 define a possibilidade de atuação do corpo permanente em até dois programas na mesma IES, ou, em IES distintas. Não há previsão dessa atuação na modalidade Associação.*

III FOMENTO/FINANCIAMENTO

- *Ao se aprovar um programa em associação, caso existiam recursos, são alocados seguindo a mesma lógica para os programas convencionais. Contudo, para o sucesso da proposta, além de bolsas, é necessário apoio financeiro para ações específicas, tais como a mobilidade acadêmica;*
- *Envolvimento de outras agências de fomento, bem como FAPs para o pleno funcionamento do programa.*

IV AVALIAÇÃO

- *Quando da associação de IES que possuem o nível de mestrado com vistas à condução do nível de doutorado (Doutorado Integrado), há o pleito que a avaliação leve em consideração ambos os níveis, apesar de serem conduzidos de maneiras diversas;*
- *Necessidade de realizar os procedimentos avaliativos das associações em rede de maneira distinta dos programas convencionais;*
- *Atuação como docente permanente em programas convencionais em concomitância com programas em associação, desde que observadas as definições exaradas no CTC..*

V TRANSIÇÃO

- *Necessidade de prever dispositivos transitórios para que os programas existentes possam se adequar a alterações a serem propostas/implementadas.*



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

19.farm@capes.gov.br

2 MESTRADOS PROFISSIONAIS

Após o relato das áreas sobre suas experiências com mestrados profissionais, foram apresentados itens de reflexão para essa modalidade:

I. Em que se pese estarem os mestrados profissionais bem definidos pela Portaria 17/2009, percebe-se dificuldade de entendimento da comunidade no que tange a:

- *Perfil e finalidade dos mestrados acadêmicos e profissionais, podendo estender esta dificuldade inclusive às especializações;*
- *Atuação dos orientadores dos mestrados profissionais e modalidades dos trabalhos de conclusão, bem como dos membros das bancas de avaliação desses trabalhos, apresenta algumas dificuldades em decorrência da formação acadêmica predominante e a pouca familiaridade com a produção técnica própria de uma formação sensu strictu para profissionais.*

II A produção técnica e a acadêmica

- *Tradicionalmente há, no país, uma maior valorização da produção acadêmica. Somente em momentos recentes, tem-se percebido a necessidade de transformação desse conhecimento em ação por meio de produtos técnicos. Assim, enquanto os parâmetros de avaliação dos produtos acadêmicos estão bem estabelecidos, há necessidade de definir e parametrizar a produção técnica.*

III A avaliação dos mestrados profissionais

- *O instrumento de coleta de dados sobre os programas de pós-graduação não prevê a informação de uma série de aspectos que estão previstos na ficha de avaliação dos mestrados profissionais;*
- *Necessidade de criar e desenvolver indicadores específicos para os mestrados profissionais;*
- *Importância de estabelecer comissões de área específicas para a avaliação dos mestrados profissionais;*
- *Definir a possibilidade de atuação dos docentes permanentes em programas acadêmicos e profissionais, adequando ao Anexo I da Portaria 68/2004.*



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

19.farm@capes.gov.br

IV. A alteração da modalidade do mestrado dos cursos já existentes

• Durante a avaliação trienal foi identificado que alguns mestrados profissionais tinham características mais acadêmicas e vice-versa. As IES, à medida que desenvolvem suas propostas, percebem uma modificação de profissional para acadêmico e vice-versa. Surge, assim, a necessidade de estabelecer procedimentos que permitam a alteração da modalidade profissional para acadêmica além da via convencional por meio de novo APCN.

V. Financiamento

• Além de bolsas, é necessário prever a possibilidade de liberação de recursos para suprir demandas de custeio para a boa condução dos mestrados profissionais para o desenvolvimento de ações administrativas, bancas, dentre outros.

VI. Transição

• Necessidade de prever dispositivos transitórios para que os programas existentes possam se adequar a alterações a serem propostas/implementadas.

Para finalizar, foram indicados os nomes das Professoras Dulcineia Saes Parra Abdala (Farmácia) e Maria Madalena Pessoa Guerra (Medicina Veterinária) para compor o **Grupo de Trabalho sobre Programas de Pós-Graduação em Associação** e das Professoras Isabela Almeida Pordeus (Odontologia) e Rita de Cássia Barata Barradas (Saúde Coletiva) para compor o **Grupo de Trabalho sobre Mestrados Profissionais**.

Estes foram os principais pontos observados na 129ª reunião do Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES), os quais informo para conhecimento de todos.

Atenciosamente, Dulcineia Saes Parra Abdalla
Coordenadora da Área da Farmácia